

Dúvidas sobre o pacote ainda persistem no 'open'

A aprovação do pacote econômico deu maior tranquilidade ao mercado financeiro e contribuiu para uma pequena retração nas taxas de juros. Segundo operadores do **open market**, ainda permanecem algumas dúvidas em relação à tributação na venda de títulos públicos antes do vencimento. Os 45% de Imposto de Renda que deverão incidir sobre essas operações ainda terão de ser melhor explicados pela regulamentação que o BC deverá baixar nos próximos dias.

Como o governo tem insistido no propósito de reduzir o déficit público, as instituições financeiras acreditam que os cortes nos gastos das estatais e a elevação da receita proporcionada pelas mudanças na área tributária reduzirão as pressões do governo no mercado de títulos. Com isso, as taxas de juros poderão baixar. Nos últimos dias, a rentabilidade das ORTN já apresentou, segundo estimativas de operadores, uma redução de 15,5% para 15% ao mês.

O aumento da tributação em alguns segmentos do mercado, a mudança na base de cálculo da inflação, correção monetária e cambial, e a pressão provocada pela aproximação das férias de fim de ano provocaram forte reação do dólar no mercado paralelo, que ontem fechou a Cr\$ 14.000 para venda, com defasagem de aproximadamente 47% em relação ao câmbio oficial.

LAMENTO

"Lamentamos a aprovação do pacote econômico do governo", disse o senador Albano Franco-PFL, e presidente da Confederação Nacional das Indústrias, ao conceder entrevista coletiva à imprensa. Na sua opinião, o mais correto seria a abertura das negociações em torno do "pacto social". Todavia, assinalou: "temos que dar o nosso voto de confiança a Dílson Funaro".

TEMPORAL

"O pacote econômico representará uma transferência de Cr\$ 80 trilhões do setor privado, através do aumento de impostos, para o setor público, sem qualquer preocupação com o combate à inflação", afirmou, ontem, no Rio, o presidente da Associação Comercial do Rio e da Confederação das Associações Comerciais, Amaury Temporal.



Arquivo

Franco lamentou a aprovação do projeto do governo

Temporal assinalou que o pacote que o Congresso acaba de aprovar somente seria aceitável se fosse destinado a combater a inflação, "o que, contudo, não aconteceu". Para o líder empresarial, o governo não mostra disposição de cortar seus gastos e reduzir o desperdício de suas empresas, "tanto assim que o corte de despesas na área estatal é de apenas Cr\$ 8 trilhões, o que representará 10% do sacrifício exigido às empresas do setor privado". O presidente da Associação Comercial teme pela ocorrência de uma hiperinflação em 1986.

"UM AVANÇO"

"O pacote fiscal aprovado pelo Congresso Nacional pode não ser o ideal, mas foi um avanço. Pela primeira vez vimos uma preocupação com o trabalho, como também vimos o governo começar a arrancar o capital", disse o deputado Stélio Dias (PFL-ES), o qual considerou que a iniciativa "consolidará em breve a democracia social que tanto almejamos".

O deputado acredita que, a partir de agora, a Constituinte será o grande tema nacional. "A Nação vai se conscientizar que a futura Carta Magna será escrita para o século XXI. Terá de ser um documento que corresponda às exigências do tempo: moderno, dinâmico e justo" disse.